

---

# Pesquisa na Instituição de Ensino Superior: referencial teórico, que bicho é este?

---

**José Eustáquio Romão**

Coordenador Acadêmico do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (MG),  
Professor Convidado da Universidade Lusófona de Ciências e Tecnologias (Lisboa);  
Uninove – IPF/PPGE.  
São Paulo – SP [Brasil]  
[jer@terra.com.br](mailto:jer@terra.com.br)

Este texto, resultado de um seminário realizado no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) do Centro Universitário Nove de Julho (Uninove), trata do referencial teórico que deve constar em dissertações e teses, examinando e diferenciando os três componentes mínimos necessários: os fundamentos, a metodologia e os procedimentos. O autor estabelece ainda importantes distinções entre as diversas concepções de conhecimento, ciência e epistemologia.

**Palavras-chave:** Ciência. Conhecimento. Epistemologia. Teoria

# 1 Introdução

Cada vez que se fala de um mesmo tema, ele não é repetido, mas expresso de um modo singular em cada situação, porque, quando o retomamos, fazemo-lo com nossas disposições do momento, com as aquisições de leituras, com o saber de experiência feito, com as projeções, aspirações e ideais incorporados desde sua última apresentação. Em outras palavras, em cada oportunidade que exploramos determinado assunto, ele é refeito – até mesmo na hora da apresentação, especialmente por causa das reações dos ouvintes –, o que nos obriga a afirmar, de início, que a teoria é sempre dinâmica e, nesse sentido, cada idéia, por mais categórica que seja, cada tese, por mais correta que seja, cada proposta, por mais sedutora que seja, é sempre transitória e, por isso mesmo, provisória.

Mas, por que estamos dizendo isto, logo de entrada, numa apresentação que se propõe a tratar de “fundamentos teóricos para elaboração de trabalho científico”, quando, supostamente, em uma ocasião como esta, devemos situar no terreno firme e seguro das certezas e das teorias absolutas e eternas – ou, no mínimo, convincentes e longevas –, e não, no pântano das incertezas e das concepções voláteis? Será que podemos mesmo afirmar que não existem teses, mas, apenas hipóteses?

Dizem que quando adentramos o universo acadêmico, quando somos incorporados nos nichos da comunidade científica, é porque queremos sair do senso comum, daquele já mencionado “conhecimento de experiência feito”, para penetrar na estrada real que, pelo “recorte cirúrgico do objeto”, pelo “foco preciso da mirada”, pela “clareza absoluta dos objetivos”, pela “rigorosa metodologia (distinta das técnicas e

dos procedimentos)”, pelo “controle vigilante das variáveis”, logramos fazer chegar à luz do conhecimento “cientificamente consistente”, da “massa crítica consolidada”. Ora, mas as teses aí construídas, ou deduzidas, não deverão ser socializadas com toda a sociedade para se tornarem senso comum?

Neste caso, estaremos duplamente esaxperados: por um lado, ao fazer pesquisa, pisamos um solo que desaparece sob nossos pés; por outro, o ineditismo de nossas idéias, o *appeal* de nosso vanguardismo gnosiológico parece condenado ao mais prosaico destino da banalização, por sua socialização com o comum dos mortais.

Cabe explicar que pusemos no título desta intervenção a expressão “ensino superior”, pensando, evidentemente no ensino superior de educação, porque, se até a década de sessenta a pesquisa não era predominantemente produzida nas Instituições de Ensino Superior (IESs), na década seguinte, pode-se afirmar, com Bernadete Gatti (2002, p. 16) que:

Somente com a implementação de programas sistemáticos de pós-graduação, mestrados e doutorados, no final da década de 60, e com base na intensificação dos programas de formação no exterior e a reabsorção desse pessoal, que se acelerou o desenvolvimento dessa área de pesquisa [educação] no País, transferindo seu foco de produção e de formação de quadros para as universidades. Paralelamente os Centros Regionais de Pesquisa do INEP são fechados e começam investimentos dirigidos aos programas de pós-graduação nas instituições de ensino superior.

Felizmente a situação se inverteu e, hoje, já no terceiro milênio, a pesquisa hegemonicamente dominante no país é aquela produzida nas Instituições de Ensino Superior, e, no caso da educação, consolidou-se como uma das mais importantes atividades acadêmicas. Portanto, interessa-nos enfocá-la na instituição de ensino superior e na área de educação, dado que, afinal, desenvolvemos juntos, docentes e discentes que participam deste seminário, um programa de Mestrado em Educação.

É claro que, mesmo atuando em um programa acadêmico regular de pós-graduação *stricto sensu*, não devemos ficar alheios ao que se passa na educação informal, mesmo porque é aí que iremos encontrar material para nossas reflexões e práticas que poderão representar inovações significativas no que-fazer educacional e no que-pensar pedagógico.

Somos pesquisadores da educação, e não apenas do ensino; muito menos do ensino formal, uma vez que a educação e a reflexão pedagógica se dão em universos muito mais amplos.

## 2 Perfil ontológico do pesquisador

Antes de iniciar estas nossas considerações epistemológicas, gostaria de dizer algumas palavras sobre o que poderíamos denominar “perfil ontológico do pesquisador”. Nós, pesquisadores, ou os que pretendem sê-lo, sempre trabalhamos na fronteira do conhecimento; trabalhamos no limite, porque quem trabalha para trás não faz pesquisa, repete o conhecimento pesquisado. A pesquisa sempre mira além da fronteira de onde chegou a humanidade em determinado campo de conhecimento. Chegamos até aqui, temos de avançar daqui para frente. Aliás, não é somen-

te no campo da pesquisa que assim acontece: o grande pesquisador, o grande artista, o grande pensador somente conseguem criar algo em seu campo específico de conhecimento ou de ação, se trabalharem a partir do ponto a que chegou o conjunto dos homens e das mulheres nesse campo específico, ou seja, da fronteira mesma a que chegou o processo civilizatório. Se apenas repetimos o que está dado, apenas o que está realizado, teremos, fatalmente, a tentação da ortodoxia... que, por sua vez, produz dois tipos de pessoas: (i) as preguiçosas intelectuais, porque, certamente, repetem o que já existe como sabido, em razão de terem preguiça de pensar, ou (ii) as mártires, porque, ao contrariarem o que está epistemologicamente sancionado, são sacrificadas no ostracismo de uma espécie de “sociologia do silêncio”, quando não são eliminadas, no sentido literal da palavra, como foi o caso de Giordano Bruno. Como não queremos nem preguiçosos intelectuais, nem mártires – o ser humano não tem vocação para preguiça nem para o martírio –, ao nos debruçarmos sobre os problemas da pesquisa, não há como conter esta ansiedade pelo vanguardismo, pelo inédito, pelo desconhecido. Por isso, o homem e a mulher da pesquisa não são seres dotados de certezas, mas de dúvidas, de indagações, de perplexidades, de estranheza diante do que está consagrado. Ou buscamos o não-investigado, ou estranhamos o modo como o conhecido foi conhecido. A atividade gnosiológica apenas com o que já está cientificamente consolidado é um uma atividade que se limita à manipulação do estruturado; o trabalho do pesquisador é uma atividade com o estruturante..., mas, com o estruturante que, assim que estrutura algo, parte em busca do que ainda não está estruturado... numa corrida sem fim, cumprindo o destino de Sísifo e de Prometeu: recomeçar, indefinidamente, o que já

havia terminado, mas sempre avançar na busca do fogo (luzes) dos deuses.

Depois dessas considerações sumárias sobre o “perfil ontológico do pesquisador”, poder-se-ia entrar diretamente na importância do referencial teórico, que é o tema focal deste encontro. Antes, porém, cabe ainda mais uma afirmação sobre a constituição do pesquisador. Já faz algum tempo, na década de setenta do século passado, participamos de uma discussão sobre a História, como área específica da representação científica da realidade. Pensamos que o que ali foi concluído pode ser aplicado ao pesquisador em geral: discutia-se, então, qual era o papel do historiador.

Antes, porém, de reconstituir o que foi concluído sobre o historiador e aplicá-lo ao pesquisador de qualquer área do conhecimento, cabe ainda mais um parêntese a respeito da matéria-prima do pesquisador. Se não nos falha a memória, ouvimos de Ladislau Dowbor – e não sabemos se por criação própria, ou de outrem – o seguinte: temos de distinguir o dado da informação; a informação do conhecimento; o conhecimento da ciência e a ciência da sabedoria. Acrescentaríamos o “fato” ou “fenômeno” a essa cadeia e a explicitaríamos da seguinte forma: fato nem sempre gera dado; dado nem sempre gera informação; informação nem sempre gera conhecimento; conhecimento nem sempre é ciência; ciência nem sempre é sabedoria. Os fatos ocorrem, na realidade, numa miríade que nos sufoca em termos de objetivação. Selecionar os fatos que interessam como dados depende de uma série de operações sistemáticas e metódicas, com a clareza cristalina sobre os tipos de dados que nos interessam selecionar e recolher. Trata-se de operações que visam a transformar esses fatos, que são ocorrências da realidade corriqueira, em fenômenos de pensamento. Há

que se desenvolver ou lançar mão de instrumentos que permitam a transformação desses fatos em dados. Em seguida, é imprescindível transformar os dados em informações. Para tanto, é necessário fazer perguntas precisas aos dados, selecionados e extraídos da realidade. Eles não falam por si mesmos e permanecem mudos até que formulemos as indagações corretas, precisas e claras. Dado não é informação; precisa ser interrogado para virar informação. Contudo, por mais exasperante que seja, a informação ainda não é conhecimento. Para sê-lo, é preciso que ela seja sistematizada e examinada no que diz e no que esconde, no dito e no “não-dito”. Na maioria das vezes, as informações dizem mais no que subtraem, ou escondem, do que revelam na literalidade dos discursos.

Para que o conhecimento chegue a ser científico, é necessário que seja submetido à análise que constitui o tema deste encontro e, portanto, os passos de sua construção são os que se seguirão, em nossa apresentação, na dos colegas, bem como nas discussões que travaremos com todos os que dele participam. Por isso, o que se apresenta a seguir, são considerações sumárias, mais provocativas do que conclusivas, sobre o que pensamos a respeito de referencial teórico.

Entretanto, devemos retomar, depois deste longo parêntese, a complementação do perfil do pesquisador, prometida anteriormente, a partir de uma discussão de que participáramos, a propósito do conceito de historiador. Se o historiador é aquele que estabelece as conexões não reveladas na superfície flutuante dos fatos históricos, o pesquisador é aquele que revela os nexos profundos, não perceptíveis na literalidade dos dados, das informações e do conhecimento do senso comum. Todo conhecimento, todo discurso, mesmo o científico, denota em um nível (literal) e conota

(contexto) em outro, como dizia Eliseo Verón (1970). Para a análise da denotação, temos de dominar, com muita segurança, o código sob o qual o discurso foi formulado (codificado), a fim de fazer a decodificação adequada, com os mesmos instrumentos de seu formulador. Não há como fazer, por exemplo, uma boa análise denotativa, ou sintático-semântica na expressão de Verón, de um filme, se o crítico de cinema não domina os elementos da linguagem cinematográfica. Da mesma forma, para a análise conotativa, há que ter os instrumentos de decodificação dos contextos (histórica) e dos lugares sociais (sociológica) de produção dos discursos. No nível conotativo, a análise é sempre histórico-social ou sócio-histórica.

Parece que as informações estão sobrando para todo lado, agora que vivemos em uma “Sociedade da Informação”. Se isso for verdade, não vamos ter nem o trabalho de transformar fatos em dados, pois eles já estão transformados em informações. Chega-se mesmo a falar que estamos vivendo na “Sociedade do Conhecimento”. Temos nossas dúvidas a esse respeito. Talvez fosse melhor pensar que vivemos em uma “Sociedade de Dados” que, para serem transformados em informação e esta em conhecimento, vai um longo caminho. E transformar o conhecimento em ciência exige uma outra longa e penosa caminhada, geralmente não reconhecida pela sociedade, que considera os caminhantes como meio loucos, sem pragmatismo, delirantes, poéticos, descomprometidos. Maior ainda é o caminho no qual, finalmente, a ciência pode, eventualmente, virar sabedoria. É que este, ao contrário das etapas “transformacionais” anteriores, não depende de instrumentos, de projetos, de referenciais teóricos, mas de experiência de vida, e de boa experiência de vida. E, como não temos nenhu-

ma pretensão à sabedoria, vamos, no máximo, despendar um esforço para a construção da ciência, e, aí, precisamos do referencial teórico, porque o pesquisador, repetindo, é aquele que estabelece os nexos profundos entre fatos, dados, informações e conhecimentos, ou seja, é aquele que estabelece as conexões subterrâneas, sob a superfície flutuante dos seres e dos fenômenos e das relações, construindo verdadeiras lições de abismo. Neste ponto da apresentação, não conseguimos evitar o lugar comum da afirmação de que, talvez, até a graduação, tratamos de objetos da dimensão de um oceano, com a profundidade de um pires; na pós-graduação abordamos objetos da dimensão de um pires, com a profundidade de um oceano.

### 3 Referencial teórico

O conhecimento, para dar o salto qualitativo e se transformar em ciência, precisa ser submetido ao crivo de uma análise, que implica, inicialmente, a elaboração de um bom projeto de pesquisa ou de investigação científica. Este projeto, por sua vez, estrutura-se compreendendo, entre outros, três elementos imprescindíveis, que são suas partes constitutivas mais importantes, sem as quais dificilmente se poderá falar de projeto científico:

- I – objeto;
- II – universo;
- III – referencial teórico.

Caracterizar o objeto implica identificar, com precisão, a resposta à questão “o quê?” A que questão(ões) se quer responder? Que problema(s) se quer resolver, ou, no mínimo, apontar alternativas de solução?

Imaginemos que o objeto que você escolheu seja a influência da maré baixa na vida sexual do siri. Então, este é o seu objeto, os acasalamentos de siris, a reprodução desta espécie etc., e sua relação com as marés, especialmente com a maré baixa.

Caracterizar o universo significa tentar responder às questões “quando?” e “onde?”. Em outras palavras, o objeto, uma vez caracterizado, encontra-se onde e quando? Muitas vezes, para se tirar a “prova dos nove”, recorre-se ao universo de controle, isto é, para cada elemento do universo experimental – o lugar e o tempo em que se investiga o objeto –, constrói-se um universo em que se localizam os contrapontos dos elementos investigados do universo experimental.

Para permanecer no exemplo – propositadamente uma brincadeira, para se fixar bem a diferença entre os três componentes fundamentais de um projeto de pesquisa –, imaginemos, ainda, que se vai estudar aquelas relações do fenômeno natural das águas oceânicas com a vida sexual do siri, na perspectiva das teorias sobre as relações de poder, desenvolvidas por Michel de Foucault na obra *Vigiar e punir* (1977). Neste caso, lança-se mão das categorias desenvolvidas pelo pensador francês nesse livro, para aplicá-las ao estudo, ao exame cuidadoso da vida sexual desse crustáceo, com o fito de verificar se suas funções sexuais têm relação, ou não, com a maré baixa.

Finalmente, um bom projeto de pesquisa apresenta, de início, um “quadro teórico”, isto é, um modo específico de focar o objeto, no (s) universo (s) delimitado (s). E, aqui, a confusão tem sido grande. Muitos confundem “fundamentos teóricos” com “métodos” de investigação e, o que é pior, com “procedimentos” ou “técnicas”. De modo generalizado, portanto, ressal-

vadas as exceções, tem sido feita uma relativa confusão, especialmente na pesquisa acadêmica brasileira, em relação ao referencial teórico.

Aliás, como sugeriu o professor Queiroz – e não combinamos isto antes de aqui chegar –, em vez de usar a expressão “quadro teórico”, que nos pode induzir a pensar em algo semelhante a um pacote de receitas, a algo que “enquadra” a pesquisa, passaremos a falar de “referenciais teóricos”, no plural. De fato, na maioria das vezes, trabalhamos com mais de uma matriz referencial.

Tomemos, separadamente, ainda que eles se imbriquem no momento da pesquisa, os três componentes dos referenciais teóricos.

## 4 Fundamentos teóricos

Os fundamentos teóricos constituem o componente inicial dos referenciais teóricos. Significa dizer que todo projeto de pesquisa necessita, no “como pesquisar”, estabelecer os fundamentos, que irão nortear, que irão constituir os princípios fundantes da investigação. No exemplo mencionado, as categorias da microfísica do poder de Foucault seriam os fundamentos teóricos.

No caso do Mestrado, estamos convencidos de que não é ainda o momento de construir princípios originais, nem mesmo de elaborar uma síntese pessoal, também original. Principalmente por causa das datas limites, das *deadlines*, como diz o jargão acadêmico, não é o momento de uma produção inédita nem de um enfoque inovador. O mestrado é um exercício de pesquisa para vôos mais elevados no doutoramento, ou em “pesquisas seniores” que virão depois. Talvez, a utilização de princípios, conceitos e categorias teóricas já desenvolvidos e

consolidados por grandes autores, no estudo de casos, seja o recomendado para esse momento da formação acadêmica. Caso contrário, a não ser em uma pesquisa de teoria do conhecimento, o mestrando terá dois objetos nas mãos: o que se propôs a investigar e o que se configurou, quando ele se propôs a formular um referencial teórico pessoal.

Imaginemos que, no exemplo dado, o pesquisador neófito fosse enfocar as relações entre a vida sexual do siri e as marés com um arsenal teórico próprio. Ele teria, inicialmente, de comprovar que seus instrumentos de pesquisa são cientificamente consistentes para transformar seu referencial teórico em um primeiro objeto de uma pesquisa epistemológica. Em segundo lugar, teria de aplicá-los no desvendamento de seu objeto original (relação da maré baixa com a vida sexual do siri), que, neste caso, seria, na verdade, seu segundo objeto de investigação biológica.

Contrariamente, lança-se mão de teorias já consagradas, como a de Michel de Foucault, a legitimidade de seus fundamentos teóricos estaria na autoridade científica do filósofo francês. O que deveria ser melhor examinado é se tais fundamentos são adequados para um estudo de biologia.

A renúncia à criação de uma teoria científica própria não é por declaração subjetiva de modéstia. Aliás, modéstia não é virtude, é vício, é o outro lado da arrogância. Paulo Freire dizia isso com muita clareza: não confundir modéstia com humildade; humildade científica é a capacidade de ouvir a verdade do outro e levá-la em consideração. E ouvir a verdade do outro no referencial teórico é pegar os autores consagrados e usar suas categorias, fazendo um exercício. O mestrado é um exercício de pesquisa; você vai fazer a grande pesquisa mesmo é no doutorado;

aí, sim, há de se fazer uma síntese teórica, como os grandes autores o fizeram, como Marx fez: lançou mão da teoria clássica econômica burguesa, do socialismo francês e da dialética hegeliana. Juntou tudo isso e construiu uma síntese própria. Contudo, neste caso, precisa-se de fôlego, de tempo, de muita caminhada científica, de muita massa crítica acumulada. A maioria das pessoas pensa que os grandes cientistas sentam-se e escrevem suas grandes e profundas teorias. Não é assim. Às vezes, para desenvolver um pequeno capítulo de sua obra monumental, Marx teve de trabalhar duro, levantando fatos, transformando-os em dados, tabulando-os e interpretando-os à luz da mencionada síntese, para, só então, transformá-los em conhecimento científico. Para fazer a pesquisa da mais-valia, pesquisou, empiricamente, os dados de muitas indústrias de Londres.

## 5 Metodologia

É claro que não se pode estabelecer uma fronteira perfeitamente nítida entre os fundamentos teóricos e a metodologia; esta deriva daqueles, ou neles se referencia. Contudo, para efeito de maior clareza sobre o que se irá fazer no “como pesquisar”, os dois elementos não podem ser confundidos.

Repetindo um lugar comum, a metáfora do viajante ajuda a enxergar a diferença entre a metodologia e os demais elementos do referencial teórico: o método é o caminho, enquanto os fundamentos teóricos constituem a explicação sobre os caminhos possíveis.

Os bons manuais de metodologia fornecem um elenco razoável de possibilidades e alguns deles, mais acessíveis ao estudante brasileiro, estarão referenciados ao final deste texto.

## 6 Procedimentos

Em geral, quando se indaga a um pesquisador iniciante sobre seus referenciais teóricos, ele tem logo a tentação de mencionar os procedimentos: – Vou fazer uma pesquisa, aplicando questionários com questões estruturadas ou semi-estruturadas; vou fazer análise documental; vou fazer observação em campo etc. Trata-se, evidentemente, de técnicas, de procedimentos que vai aplicar e que devem ser adequados aos fundamentos e à metodologia adotados.

Os projetos de pesquisa, é claro, podem e devem ser enriquecidos com outros elementos, mas os três elementos considerados são imprescindíveis; sem eles não se tem projeto de pesquisa. Se se consideram apenas os demais componentes e falta um dos três – “o quê” (objeto), “onde e quando” (universo) e “como” (referencial teórico) pesquisar –, corre-se o risco de se ter um projeto de descrição, de ensaio, ou qualquer outra coisa do gênero, mas, jamais, um projeto de investigação científica.

Na escolha do referencial teórico, é preciso ter o cuidado de não “embarcar” nos autores da moda, simplesmente porque estão na moda. É fundamental escolher os fundamentos, os princípios, os métodos e os procedimentos que convencem mais o próprio pesquisador. Afinal, é ele quem vai defender os seus pontos de vista e os dos autores em que se basear, e deve fazê-lo com convicção – não aquela convicção do voluntarismo apaixonado, mas a que se apresenta com consistência. Os “modismos” passam; no entanto, o que a moda tem de exasperante é isso: “falem mal, mas falem de mim”. Gastam-se ainda bom tempo e muita energia, depois que ela passa, falando-se (negativamente) dela. Além disso, quando os bons autores entram na moda, como entraram superficialmente no uni-

verso das produções acadêmicas, suas boas contribuições logo se evaporam dos referenciais, quando saem da moda. Em suma, a moda teórica só provoca prejuízos à pesquisa e à produção do conhecimento científico.

Portanto, nos fundamentos de um trabalho de investigação científica, não se busca(m) a(s) corrente(s) teórica(s) mais consagrada(s), mas aquela(s) que melhor responde(m) ao objeto de pesquisa, a(s) que respalda(m) mais as convicções epistêmicas e epistemológicas do pesquisador, sem nenhuma ortodoxia, por um lado. Por outro, deve-se tomar cuidado também com o ecletismo, que é a justaposição de conceitos, métodos e procedimentos de diversas correntes de pensamento, justapondo-os, como numa colcha de retalhos. O ecletismo não leva a nada. A combinação de elementos gnosiológicos e epistemológicos de várias correntes só logra êxito numa nova síntese integradora, como fizeram os grandes pensadores já mencionados. Entretanto, cabe reiterar que os prazos institucionais são muito exíguos para a tentativa de elaboração de síntese própria, em uma dissertação de mestrado.

De um modo geral, quando o pesquisador neófito vai definir a metodologia de seu projeto de pesquisa, encontra várias propostas e denominações, que poderiam, ainda que de forma grosseira, ser classificadas em metodologias quantitativas, qualitativas e quantitativo-qualitativas etc. Há, hoje, no Brasil, uma razoável bibliografia sobre o tema. O livro de Robert Bogdan e Sari Biklen (1994) faz uma boa síntese de todas as propostas de pesquisa qualitativa em educação. Menciono esta modalidade, por ser a mais freqüente nos projetos de tese e de dissertação na área de educação, nos últimos anos, e sempre que deparo com as apologias categóricas da pesquisa qualitativa, com a con-



denação, *in limine*, das considerações quantitativas, dança em minha cabeça um pensamento: – Não faz muito tempo, falar em pesquisa qualitativa era pecado, “era coisa de literato”, “de gente que fazia ensaio”. De uma hora para outra, a pesquisa qualitativa ganhou foros de ciência, angariou prestígio acadêmico, e, agora, só se faz pesquisa qualitativa. O que vou afirmar, em seguida, é meio forte, mas parece-me necessário, diante da qualidade das pesquisas qualitativas que têm assomado nos projetos que temos examinado: – Cuidado para não se transformar a pesquisa qualitativa em um biombo para incompetência no que diz respeito ao rigor. Cuidado para que a pesquisa qualitativa não seja desculpa para tudo. Faz-se uma descrição e ela é pesquisa qualitativa; escreve-se um ensaio e ele é pesquisa qualitativa. Não é bem assim. A pesquisa qualitativa, em termos de tabulação e interpretação, é muito mais sofisticada e exige muito mais talento e esforço, nas ciências sociais, do que a puramente quantitativa, que exige muito mais trabalho para ter rigor científico. Para tanto, existem as técnicas e os procedimentos próprios para aplicá-la. E, como disse o professor Queiroz, não devemos ficar com nenhum maniqueísmo, nenhuma ortodoxia... A vida não é “diádica”; é, no mínimo, “triádica”: entre o vermelho e o amarelo existe o alaranjado. Nos processos de conhecimento, como em tudo no cosmos, há sempre a possibilidade de um terceiro.

Finalmente, nos procedimentos, podem ser destacados, entre outros, os mais comumente usados:

a) Pesquisa de Campo ou “de Terreno”, como dizem os pesquisadores portugueses. Ela diz respeito à “empíria”, isto é, vamos a um determinado universo buscar dados que,

coletados, selecionados, tabulados e interpretados, comprovarão as nossas hipóteses;

b) Pesquisa Laboratorial que, na verdade, é uma variação da anterior, com a diferença de que os dados serão coletados em uma realidade ou fenômeno artificialmente provocado pelo pesquisador. Ele induz uma situação para poder observá-la com maior controle das variáveis a serem consideradas e desprezadas, para evitar os “ruídos” que podem levá-lo a conclusões equivocadas. Portanto, a pesquisa de campo é aquela que aborda a realidade, tal como ela ocorre, ao pesquisador;

c) Pesquisa Documental é aquela em que o pesquisador vai aos arquivos em busca de registros, sejam eles em papel, sejam em meio digital etc. Os historiadores denominam esse procedimento de “pesquisa de fontes primárias”. A pesquisa em fontes secundárias seria a que se debruça sobre a elaboração, em campo, em pesquisa laboratorial ou em fontes primárias, de outrem;

d) Pesquisa de Opinião, pensamos, é a mais consolidada entre nós, no Brasil, do ponto de vista do rigor científico, porque se faz pesquisa de opinião na academia, nas empresas e se faz pesquisa de opinião eleitoral. Se não é a mais consolidada do ponto de vista científico, é, pelo menos, a que mais se pratica no país, que acabou por desenvolver uma metodologia. Há que se ficar atento, inclusive, aos procedimentos dessa metodologia que se está desenvolvendo fora da universidade e que, às vezes, é feita com muita precisão, como as pesquisas de opinião feitas pelo Instituto Brasileiro de Opinião

Pública e Estatística (Ibope) para medir tendências eleitorais. São as melhores pesquisas de opinião que conhecemos, com suas pequenas margens de erro. Trabalham com um universo de quase uma centena de milhões de eleitores, pesquisando alguns poucos milhares de pessoas, mantendo as exíguas margens de erro e acertando, em geral. Na academia, faz-se muita pesquisa de opinião: são entrevistas com os formuladores de políticas educacionais, com gestores educacionais, especialistas em educação, professores, alunos, pais e pessoas da comunidade etc. É bom ressaltar que, quando a maioria dos entrevistados dá a mesma opinião sobre um mesmo tema, não quer dizer que essa posição deva ser a conclusão do pesquisador, por ser majoritária. Afinal, os entrevistados não fizeram pesquisa científica para emitir suas opiniões. Expressam apenas sua representação sobre o tema e a conclusão do pesquisador que, neste caso, somente poderia ser: “A maioria dos entrevistados faz tal representação sobre o tema”. Este alerta é necessário, porque se tem confundido muita pesquisa de opinião com pesquisa de campo, especialmente no que diz respeito às conclusões das pesquisas.

Concluindo, cabe salientar, por último, que, ao discutirmos fundamentos, teremos na nossa frente um mar de correntes e, dentro delas, uma infinidade de autores, cada um com suas especificidades. Daí, a necessidade de considerar cada corrente como um coletivo e, por isso, no plural: estruturalismos, funcionalismos, estruturalismos genéticos,

dialéticas marxistas, dialéticas idealistas etc. Imediatamente, surge a indagação: – Como, diante de tantas correntes de pensamento e de tantos autores, posso escolher os que mais me convencem e cujas categorias tentarei aplicar em meu projeto de pesquisa? Neste momento, entram a experiência e as informações do orientador como auxiliares, para que não me perca nesse imenso universo, e nesse particular é necessário lançar mão da “Navalha de Occam”: escolher uma corrente que esteja mais próxima de nossas afinidades intelectuais e políticas e ir-se ajustando, no decorrer da pesquisa, ou, como disse o Queiroz, ajustando-se ao longo do resto da vida.

Com o risco de uma simplificação, que cheira a “simplismo”, e apenas com uma certa intenção “didática”, vamos tentar agrupar a verdadeira miríade de correntes em poucas racionalidades. E, nessa tentativa de ordenação, chegamos a duas ordens de classificação.

A primeira baseia-se nos fundamentos de dois grandes grupos de racionalidades. Ao primeiro denominamos “razão estrutural”, a que pertencem as correntes de pensamento que consideram a objetividade oposta à subjetividade; que as verdades precisam ser universais; que é necessário um certo distanciamento epistemológico entre o sujeito e o objeto; que, em certo sentido, ciência se confunde com discurso científico. Talvez, seja por este último aspecto que se limitem à análise lógica, ou sintático-semântica (VERÓN, 1970), ou compreensiva (GOLDMANN, 1986), ou imanente, do discurso científico, contentando-se com o desvendamento de suas não-contradições lógicas para considerá-lo como ciência. Ao segundo grande grupo denominamos “razão temporal”, que é a racionalidade que se desenvolve no tempo; a ciência é encarada

como processo. As correntes da “razão temporal” consideram que sempre é preciso somar a objetividade à subjetividade, que não há como separá-las por oposição mútua; são ainda as correntes que consideram as verdades como “relacionais” (não-relativas) ou históricas, e, por isso, resultantes de correlações sociais e de poder em contextos específicos; defendem que não há distanciamento epistemológico possível, mas que o necessário, para ser científico, é a busca da aproximação ideológica, ou seja, quanto mais a pessoa revela sua ideologia na pesquisa, mais objetiva está sendo, porque está a preparar o interlocutor para receber aquela mensagem, sabendo que ela está carregada de conotações resultantes das opções ideológicas de seu autor. Não é possível eliminar as opções ideológicas, dizia Eliseo Verón (1970), mas existe a possibilidade de diminuir o efeito ideológico no interlocutor. Como? Revelando a ideologia que fez com que as pessoas afirmassem algo e da forma como afirmaram, e não afirmar outras coisas e de outra forma. Não é escondendo a ideologia, mas revelando-a, de acordo com os condicionamentos e opções do emissor do discurso científico, que melhor se podem desvelar os resultados de suas elocuições. Dessa forma, ciência é processo, e não apenas discurso, exigindo, por isso mesmo, uma análise que vá além da análise lógica, ou sintático-semântica. A análise lógica, embora necessária, não é suficiente; é preciso somar a ela a análise sociológica, ou, como dizia Verón (1970), a “análise pragmática”, uma vez que toda mensagem denota em um nível (literalidade) e conota em outro (condições de produção, emissão, circulação e recepção dos discursos). Em outras palavras, além da análise da “gramática” da língua (sintático-semântica) em que o discurso foi formulado, é necessário

examinar a “gramática histórico-social” dos enunciadores. Talvez seja necessário encarar uma possibilidade de síntese entre as duas racionalidades, construindo uma espécie de “razão estrutural-temporal.”

Uma outra ordem de considerações classificatórias das racionalidades conduzir-nos-ia a duas outras racionalidades. Uma sugere que as pessoas vivem de acordo com o que pensam. Neste caso, podemos considerar essa racionalidade como “razão idealista”, porque, para ela, são as idéias que determinam, em última instância, a maneira como as pessoas e os grupos sociais vivem. Já a “razão materialista” afirma que as pessoas não vivem de acordo com o que pensam, mas que pensam de acordo com as condições de vida que têm, ou seja, são as condições materiais de existência que determinam, em última instância, o modo como as pessoas e os grupos sociais pensam. As diversas correntes de pensamento se enquadram em um ou outro conjunto.

Essas duas ordens de consideração foram tentativas de sistematização das correntes para o pesquisador iniciante, no sentido de uma simplificação de escolhas epistemológicas. Evidentemente, há nuances, inúmeras variações nas correntes idealistas, algumas chegando aos limites da outra racionalidade. Vejamos, por exemplo, um caso ilustrativo: o verdadeiro desespero de Karl Mannheim, em *Ideologia e utopia* (1972) que, tentando superar a teoria do conhecimento, porque reconheceu que os condicionamentos estabeleciam “perspectivas” na alocação científica, de acordo com a classe social do emissor, viu-se no universo da “razão temporal”, substituindo a epistemologia pela sociologia do conhecimento. Depois, na mesma obra, preocupado com a objetividade, com uma verdade válida para todos,

“enxergou” uma possibilidade de “convergência das perspectivas” a ser realizada por uma “inteligentsia sem vínculos” (*Freischwebende Intelligenz*), escorregando, em nosso entendimento, da “razão temporal”, porque passou pelo lamaçal da neutralidade, caindo sentado na “razão estrutural”.

A escolha das metodologias e dos procedimentos virá, naturalmente, após a escolha e estudo, em profundidade, da(s) corrente(s) e do(s) autores de que lançaremos mão em nosso projeto de pesquisa.

Queria dizer uma última palavra sobre a responsabilidade do pesquisador da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado). Quem é inserido neste mundo não se pode dar o privilégio de desconhecer a importância do que fará daí em diante: ensaio de pesquisa, no Mestrado; pesquisa para valer, no doutoramento. Nós, pesquisadores deste universo, representamos menos de 1% da população brasileira; e, estudando em uma universidade pública ou privada, somos, para a sociedade, que não tem acesso sequer à educação básica, um peso ônus. Além disso, concluídas as pesquisas, já no nível de mestrado, na maioria das vezes, transformamo-nos em referência para muitas outras pessoas. No caso específico da pesquisa educacional, tornamo-nos referência para muitos educadores, que, por sua vez, atingem várias outras pessoas. Então, dá para se ter uma idéia de nossa responsabilidade social, seja pelo que custamos à sociedade, seja pelo tanto que podemos influenciar.

E, se o mestrado é apenas um ensaio (caro) de pesquisa, quem chega a esse estágio tem a responsabilidade, também, de continuar pesquisando, pois, afinal, somos poucos e o país não pode se dar ao luxo de um ensaio que não redunde na apresentação efetiva da peça.

## Research in an university: Theoretical referential: what kind of thing is it?

This text, presented in a seminar in the Master Education Program of the Centro Universitário Nove de Julho (Uninove), in São Paulo city, is about the referential theory that must be present in dissertations and thesis. It also examines the three elements that compose that referential: the fundamentals, the methodology and procedures. The author makes important distinctions among the conceptions of knowledge, science and epistemology.

**Key words:** Epistemology. Knowledge. Science. Theory.

## Referências

- ALTHUSSER, Louis. Acerca del “Contrato Social”. In: VERÓN, Eliseo (dir.). *El proceso ideológico*. 2. ed., Buenos Aires: Tiempo Contemporáneo, 1973.
- ALVES, Alaôr Caffé. *Estado e ideologia; Aparência e realidade*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BACHELARD, Gaston. *O novo espírito científico*. Lisboa/São Paulo: Edições 70/Martins Fontes, s/d.
- BELO, Fernando. *Notas para o conceito de ideologia; Teoria e prática*. Lisboa: Regra do Jogo, 1977.
- BELL, Daniel. *O fim da ideologia*. Brasília: Ed. UNB, 1980.
- BLACKBURN, Robin (org.). *Ideologia na ciência social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BOBBIO, Norberto. *As ideologias e o poder em crise*. 3. ed., Brasília: Ed. UNB 1994.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. *Investigação qualitativa em educação; Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.
- BOTTOMORE, Tom (ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- BOUDON, Raymond. *A ideologia ou a origem das idéias recebidas*. São Paulo: Ática, 1989.

- BRANDÃO, Zaia (org.) *A crise dos paradigmas e a educação*. São Paulo: Cortez, 1994
- (Col. "Questões da Nossa Época", n.º 35).
- BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques e SCHOUTHEETE, Marc d. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- CHÂTELET, François (dir.). *Histoire des idéologies*. Paris: Hachette, 1978, v. 1.
- CERVO, A. L. e BERVIAN, P. A. *Metodologia científica*. 2. ed., (ver. e amp.), São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978.
- CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*. 5. ed., São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.
- FOUCAULT, Michel de. *Vigiar e punir*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977???? O autor e o título são citados no corpo do texto, mas não constam referenciados. Tirei do Google a informação: Petrópolis, RJ: Vozes, 1977. CONFIRMAR!
- FREIRE-MAIA, Newton. *A ciência por dentro*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro/Brasília: FGV/MEC, 1986.
- GARCIA, Pedro Benjamin et alii. *O pêndulo das ideologias*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- GATTI, Bernadete Angelina. *A construção da pesquisa em educação no Brasil*. Brasília: Liber, 2002.
- GIDDENS, Anthony. *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: UNESP, 1996.
- GOLDMANN, Annie et al. *Le structuralisme génétique – L'œuvre et l'influence de Lucien Goldmann*. Paris: Denoël/Gonthier, 1977. p. 67-85.
- GOLDMANN, Lucien. *Ciências humanas e filosofia*. 10. ed. São Paulo: DIFEL, 1986.
- \_\_\_\_\_. *A criação cultural na sociedade moderna*. São Paulo: DIFEL, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Crítica e dogmatismo na cultura moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Dialética e ciências humanas*. Lisboa: Presença, 1972 (2 vols.).
- \_\_\_\_\_. *Épistémologie et philosophie politique*. Paris: Denoël/Gonthier, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Recherches dialectiques*. Paris: Gallimard, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Structures mentales et création culturelle*. Paris: Anthropos, 1970.
- GRAMSCI, Antonio. *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- HABERMAS, Jürgen. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa: Dom Quixote, 1990.
- \_\_\_\_\_. *La necesidad de revisión de la izquierda*. Madrid: Tecnos, 1991.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota (org.). *Dialética hoje*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- KONDER, Leandro. *O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XX*. 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- \_\_\_\_\_. *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense, 1981 (Col. "Primeiros Passos").
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. 3. ed. (2.ª tiragem), São Paulo: Perspectiva, 1995.
- LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. 5. ed. (rev.), São Paulo: Cortez, 1994.
- LUKÁCS, György. *Goethe und seine Zeit*. Berlin: Aufbau, 1953.
- \_\_\_\_\_. *Historia y consciencia de clase*. Barcelona: Grijalbo, 1975.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. 2. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- MARCELINO, Nelson C. (org.). *Introdução às ciências sociais*. 4. ed., Campinas: Papirus, 1991.
- MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. 5. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Materialismo histórico e existência*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.
- MARX, K. e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 3. ed., Lisboa/São Paulo: Presença/Martins Fontes, s/d.
- MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Ensaio, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação*. São Paulo: Ensaio, 1993.

- MOREL, Regina Lúcia de Moraes. *A pesquisa científica e seus condicionamentos sociais*. Rio de Janeiro: Achiamé/Socii, 1979.
- PIAGET, Jean. *Estudos sociológicos*. Rio de Janeiro: Forense, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Psicologia e epistemologia; Por uma teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1973.
- PRADO JR., Caio. *Dialética do conhecimento*. 6. ed., São Paulo: Brasiliense, 1980.
- RUDICH, Norman. *Le marxisme de Lucien Goldmann dans la philosophie des Lumières*. In:
- SARTRE, Jean-Paul. *Questão de método*. São Paulo: DIFEL, 1972.
- SERVIER, Jean. *L'idéologie*. Paris: P.U.F., 1982.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 19. ed., São Paulo: Cortez, 1993.
- VERA, Asti. *Metodologia da pesquisa científica*. Porto Alegre: Globo, 1973.
- WEBER, Max. *Sobre a teoria das ciências sociais*. Lisboa: Presença, 1974.
- VERÓN, Eliseo. *Ideologia, estrutura e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1970.
- UNIVERSIDADE DE BIRMINGHAM/Centre for Contemporary Studies (org.). *Da ideologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- VERÓN, Eliseo (dir.). *El proceso ideológico*. 2. ed. Buenos Aires: Tiempo Contemporáneo, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Ideologia, estrutura e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1970.
- VILLORO, Luis. *El concepto de ideología*. México: Fondo de Cultura Económica, 1985.
- WEBER, Max. *Sobre a teoria das ciências sociais*. Lisboa: Presença, 1974.
- ZEITLIN, Irving. *Ideología y teoría sociológica*. 2. ed., Buenos Aires: Amorrortu, 1973.
- ZIZEK, Slavoj (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.